



Consultoria & Desenvolvimento, Lda

PERFIL DO DISTRITO DO BÚZI PROVÍNCIA DE SOFALA



Ministério da Administração Estatal
Direcção Nacional da Administração Local
Projecto de Apoio à Reforma da Governação Local
Edição 2005

A informação incluída nesta publicação provém de fontes consideradas fiáveis e tem uma natureza informativa, não constituindo parecer profissional sobre a estratégia de desenvolvimento local. As suas conclusões não são válidas em todas as circunstâncias. Noutros casos, deverá ser solicitada opinião específica à firma MÉTIER, Consultoria & Desenvolvimento, Lda.

Série: Perfis Distritais

Edição: 2005

Elaborado para: Ministério da Administração Estatal

Copyright © 2005 Ministério da Administração Estatal e MÉTIER, Lda.

Um resumo desta publicação está disponível na Internet em:

<http://www.metier.co.mz>

<http://www.govnet.gov.mz/>

Índice

Prefácio	iv
Siglas e Abreviaturas	vi
MAPA DA LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO DISTRITO	vii
1 Breve Caracterização do Distrito	2
1.1 Localização, Superfície e População	2
1.2 Clima, Hidrografia, Relevo e Solos	2
1.3 Infra-estruturas	3
1.4 Economia e Serviços	4
2 História, Política e Sociedade Civil	7
2.1 Surgimento do nome Búzi	7
2.2 A descendência da população de Búzi	7
2.3 Locais de funcionamento da Administração do Distrito	8
2.4 Companhia do Búzi	9
2.5 Produção do algodão e açúcar	10
2.6 Recrutamento de mão-de-obra barata	11
2.7 Cenário político actual e sociedade civil	12
3 Demografia	14
4 Habitação e Condições de Vida	15
5 Organização Administrativa e Governação	17
6 Posse e Uso da Terra	23
7 Educação	25
8 Saúde e Acção Social	26
9 Género	27
10 Actividade Económica	29
10.1 População economicamente activa	29
10.2 Orçamento familiar	29
10.3 Segurança alimentar e estratégias de sobrevivência	30
10.4 Infra-estruturas de base	31
10.5 Agricultura e Desenvolvimento Rural	32
10.5.1 Zonas agro-ecológicas	32
10.5.2 Infra-estruturas e equipamento	33
10.5.3 Produção agrícola e sistemas de cultivo	33



10.5.4	Pecuária	34
10.5.5	Florestas, Fauna bravia e Pescas	35
10.6	Recursos minerais	36
10.7	Indústria, Comércio e Serviços	36

Documentação consultada	37
-------------------------	----

Lista de tabelas

TABELA 1:	População por posto administrativo, idade e sexo, 1/1/2005	14
TABELA 2:	Organismos de assistência e cooperação	22
TABELA 3:	Escolas, alunos e professores, 2003	25
TABELA 4:	Unidades de saúde, camas e pessoal, 2003	26
TABELA 5:	Zonas mais afectadas por calamidades naturais	31

Lista de figuras

FIGURA 1:	Famílias, por condições básicas de vida.....	15
FIGURA 2:	Habitções, por tipo de materiais usados	15
FIGURA 3:	Habitções, segundo a fonte de abastecimento de água.....	16
FIGURA 4:	Estrutura do orçamento distrital, 2004	20
FIGURA 5:	Estrutura de base da exploração agrária da terra	23
FIGURA 6:	Indicadores de escolaridade, por sexos.....	27
FIGURA 7:	Quota das mulheres no trabalho agrícola e remunerado.....	28
FIGURA 8:	População activa, por ramo de actividade, 2005.....	29
FIGURA 9:	Consumo familiar, por grupo de produtos e serviços	30



Siglas e Abreviaturas

AD	Administração Distrital
DDADR	Direcção Distrital de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DDMCAS	Direcção Distrital da Mulher e Coordenação da Acção Social
DNAL	Direcção Nacional da Administração Local
DNPO	Direcção Nacional do Plano e Orçamento
EDM	Electricidade de Moçambique
EN	Estrada Nacional
IAF	Inquérito aos agregados familiares, sobre o orçamento familiar
INE	Instituto Nacional de Estatística
IRDF	Inquérito às receitas e despesas das famílias
MADER	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
MAE	Ministério da Administração Estatal
MPF	Ministério do Plano e Finanças
PA	Posto Administrativo
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRM	Polícia da República de Moçambique
TDM	Telecomunicações de Moçambique
PSAA	Pequeno Sistema de Abastecimento de Água



1 Breve Caracterização do Distrito

1.1 Localização, Superfície e População

O distrito de Búzi está localizado a Sudeste da Província de Sofala, sendo limitado a Norte pelos distritos de Nhamatanda e Dondo, a Oeste os distritos de Chibabava e Gondola (Manica) e a Este pelo Oceano Índico.

Com uma superfície¹ de 7.329 km² e uma população recenseada em 1997 de 143.123 habitantes e estimada à data de 1/1/2005 em cerca de 179 mil habitantes, o distrito do Buzi tem uma densidade populacional de 24,8 hab/km².

A relação de dependência económica potencial é de aproximadamente 1:1.1, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 11 pessoas em idade activa.

A população é jovem (45%, abaixo dos 15 anos de idade), maioritariamente feminina (taxa de masculinidade de 47%) e de matriz rural (taxa de urbanização de 10%).

1.2 Clima, Hidrografia, Relevo e Solos



Segundo a classificação climática de Köppen, ocorrem no distrito de Búzi dois tipos distintos de clima, nomeadamente: o clima de tipo “Tropical Chuvoso de Savana - Aw” ao longo da faixa costeira e o do tipo “Tropical Temperado Húmido – Cw”, este último no interior, observando-se em ambos casos duas estações, a chuvosa e a seca.

A precipitação média anual, na estação meteorológica de referência (Búzi), é de 1.089 mm, enquanto a evapotranspiração potencial média anual está na ordem dos 1.562 mm.

A maior queda pluviométrica ocorre sobretudo no período compreendido entre Dezembro de um ano a Março do ano seguinte, variando significativamente na quantidade e distribuição, quer durante o ano, quer de ano para ano, sendo a temperatura média anual de 24.7°C. As médias anuais máxima e mínima são de 31.3 e 18.0°C respectivamente.

Geomorfologicamente o distrito ocorre na vasta Bacia Sedimentar e compreende basicamente os sedimentos mais recentes de aluvião do rio Búzi, passando para a plataforma

¹ Direcção Nacional de Terras CADASTRO NACIONAL DE TERRAS <http://www.dinageca.gov.mz/dnt/>

de Mananga e Pós-Mananga intercalados com manchas de cobertura arenosa e os coluviões de Mananga.

No extremo ocidental do Distrito ocorrem ainda sedimentos consolidados residuais do Complexo Gnaisso-Granítico do Moçambique Belt. Os solos são predominantemente aluvionares de textura média a pesada, isto é, na planície do rio Búzi, passando para solos desenvolvidos e derivados da cobertura arenosa, areias eólicas e pleistocénicas, sedimentos de mananga, coluviões derivados de mananga e ainda os pós-manangas.

Por último no extremo ocidental, os solos residuais do Soco-Precâmbrico derivados de rochas ácidas do granito e gnaisse. Em geral, são solos muito profundos, ricos em matéria orgânica e boas capacidades de reterção de água e nutrientes (solos aluvionares do rio Búzi), baixa capacidade de retenção de nutrientes e água (os arenosos), ligeiramente ácidos (os derivados de rochas ácidas).

1.3 Infra-estruturas

O distrito de Búzi conta com transporte marítimo, terrestre público e aéreo. A rede rodoviária do distrito está transitável na maior parte dos troços, após terem beneficiado de obras de reabilitação. Ao todo, foram reabilitados 330 km de estrada. Todos esses troços são vias de tipo rural, sendo que o principal eixo norte-sul do país contorna o distrito a ocidente.

O acesso para os distritos limítrofes é feito em estradas pavimentadas e em boas condições. Já os acessos dentro do distrito são feitos em estradas de terra batida mas que não apresentam grandes limitações de trânsito, excepto durante a época chuvosa.

A infra-estrutura de *telecomunicações* inclui uma rede de telefonia e comunicações via rádio. O distrito acede ainda, em vastas aéreas, à rede de telefonia móvel dos dois operadores existentes. O acesso à Internet pode ser efectuado nas zonas servidas por rede fixa e móvel de telecomunicações, existindo também uma delegação dos Correios de Moçambique.

A distribuição de *fontes de água* pelas várias localidades do distrito é equilibrada e de uma forma geral o seu acesso é satisfatório para a maioria da população, estimando-se em 90% o seu grau de cobertura.



De acordo com os dados do Censo de 1997, só uma parte da vila de Buzi beneficia de energia eléctrica, e que corresponde a 1% da população total do distrito.

Apesar dos esforços realizados, importa reter que o estado geral de conservação e manutenção das infra-estruturas não é suficiente, sendo de realçar a rede de bombas de água a necessitar de manutenção, bem como a rede de estradas e pontes que, na época das chuvas, tem problemas de transitibilidade.

O investimento no sector tem estado a crescer, elevando para 68 o número de escolas do distrito do Buzi em 2004. O distrito está dotado de 1 Hospital Rural, 9 do nível II/III e 3 Postos de saúde, que possibilitam o acesso progressivo da população aos serviços do Sistema Nacional de Saúde, apesar de a um nível bastante insuficiente como se conclui dos seguintes índices de cobertura média:

- Uma unidade sanitária por cada 14 mil pessoas;
- Uma cama por 1.600 habitantes; e
- Um profissional técnico para cada 3.140 residentes no distrito do Buzi.

Apesar dos esforços realizados, importa reter que o estado geral de conservação e manutenção das infra-estruturas não é suficiente, sendo de realçar a rede de bombas de água a necessitar de manutenção, bem como a rede de estradas e pontes que, na época das chuvas, tem problemas de transitibilidade.

1.4 Economia e Serviços

De um modo geral, a agricultura no distrito é praticada em explorações familiares, em regime de sequeiro e consociação de culturas com base em variedades locais, havendo em algumas regiões o recurso à tracção animal e tractores.



Ainda são visíveis os efeitos das cheias de 2000 que afectaram infra-estruturas e a produção, prejudicando toda a população e provocando cerca de 50 mil deslojados e 4 mortos. Somente em 2003, após o período de estiagem que se seguiu, e a reabilitação de algumas infra-estruturas

agrícolas, se voltou a intensificar a exploração agrícola do distrito, iniciando timidamente a recuperação dos níveis de produção de campanhas anteriores.

Apesar disto, o distrito tem um bom potencial para a cultura de algodão, copra e caju, e também para a criação de gado bovino e caprino, mas o desenvolvimento destas actividades é afectado, para além das minas, pela falta de fundos, pela seca, pelas doenças e pela falta de sementes.

A incapacidade de produzir quantidades significativas de excedentes agrícolas é, também, um dos maiores entraves ao desenvolvimento da actividade comercial. Mesmo assim, estão estabelecidos laços relativamente fortes com mercados vizinhos, nomeadamente com a Beira, para a comercialização agro-pecuária. Pelo facto de Búzi não ser um distrito fronteiriço não existem trocas comerciais significativas com países vizinhos.

A pequena indústria local surge como alternativa à actividade agrícola, ou prolongamento da sua actividade. A actividade comercial é dominada pelo comércio informal.

O parque industrial do distrito inclui uma fábrica de descaroçamento de algodão, outra de cal e uma pequena indústria de fundição, havendo ainda uma refinaria de açúcar não operacional. Está em estudo a exploração de gás natural, uma indústria de extracção de sal e a abertura de um pólo turístico em Nova Sofala.

Este distrito não tem potencial turístico significativo e as infra-estruturas necessárias ao desenvolvimento do sector são muito limitadas.

Opera no distrito uma filial do BIM e do Banco Austral que se dedica à captação de poupanças. Estas agências, apesar das taxas de juro elevadas, já têm concedido créditos, que beneficiaram pequenas indústrias locais e a actividade pesqueira.

A companhia do Búzi, que conta 90 anos de existência, já dominou a produção de açúcar e algodão do distrito. Porém, as suas infra-estruturas necessitam de uma reparação geral, e na estratégia de desenvolvimento do sector açucareiro é possível que esta empresa venha a redireccionar a sua vocação produtiva.

Assim, os agentes económicos e sociais locais entram no século XXI, descapitalizados e com lacunas estruturais de viabilização técnica e comercial.



Apesar dos esforços desenvolvidos, do investimento público e privado na actividade agrária e em infra-estruturas e das várias intervenções na área social que, entretanto, foram realizadas, são bem patentes no Distrito os efeitos gerais da pobreza, das calamidades naturais e da guerra que assolou Moçambique nas últimas décadas.



2 História, Política e Sociedade Civil

2.1 Surgimento do nome Búzi



Maphudji, no plural, e Bhudji, no singular é, provavelmente, a designação que deu origem ao nome de Búzi, pelo qual são hoje conhecidos o Rio Búzi, o actual distrito e a Vila do Búzi.

De acordo com os dados orais recolhidos junto de idosos que viveram no vale do Búzi, estes negam que o nome de Búzi fosse proveniente de Bhudji ou Mbhudji, que significa cabrito.

Em língua ndau, maphudji ou bhudji é o nome de um tipo de legume comestível, semelhante à abóbora, e que era plantado nas margens do rio Búzi, entre as zonas de Matchaze até à foz.

Quando os estrangeiros ali chegaram e perguntaram aos nativos como se chamava aquele rio, e encontrando-se estes a plantar o referido legume chamado “maphudji” julgaram que era a este a que os estrangeiros se estavam a referir, respondendo que estavam a semear phudji, maphudji.

Entenderam os estrangeiros que o rio se chamava Phudji, O nome de Búzi resulta, assim, da dificuldade que aqueles encontraram para pronunciar a palavra “phudji”. Assim sendo, o rio passou a ser designado de rio Búzi e, conseqüentemente, a Vila de Vila do Búzi.

2.2 A descendência da população de Búzi

Sabe-se que a área do território do distrito do Búzi faz parte do vasto território do Império dos Rozwi, integrando, também, as terras dos actuais distritos de Chibabava e Machanga. Admite-se que os primeiros contactos com os estrangeiros teriam tido lugar no século VIII, momento em que os árabes se estabeleceram na Baía de Sofala, desenvolvendo a actividade comercial de ouro e marfim com o Império dos Muenemutapas.

Até ao século XV, o território do Búzi fazia parte do grande Império dos Muenemutapas. A região foi palco de várias guerras internas entre os Madandas e Citeves, entre 1480 a 1826, conflitos estes alimentados com o apoio dos portugueses e outros comerciantes estrangeiros interessados em se fixar na Baía de Sofala e, assim, poderem controlar as rotas comerciais.



A partir do século XVI, a região ganha importância com a chegada dos portugueses, passando a ser alvo de disputas entre estes e os árabes. Com a expulsão dos árabes, os portugueses iniciaram, em 1505, a construção da fortaleza de São Caetano no actual Posto Administrativo de Nova Sofala, anterior sede do Governo.

No segundo quarto do século XIX, os povos Nguni invadem a região. Em 1836, os guerreiros de Ngaba entram na povoação de Sofala e, a partir de 1840, declaram-se senhores da zona compreendida entre os rios Búzi e Save e estabelecem a sua capital em Mossurize.

Assim, toda a região compreendida entre os distritos de Búzi, Chibabava e Espungabera passou a constituir a Administração Mussapa dos Ngunis, impondo um sistema político com os chefes locais, os “Mambos”.

A população do distrito é constituída pelos Ndaus, que fazem parte do grupo linguístico Chona que se subdivide entre o Rangue e Machanga no litoral, e os Matombodji, Magova e Madanda no interior. Os outros componentes étnicos provêm dos grupos Mateve, Vanyai com uma mistura formada pelos Machanga do Búzi, Wadanda e Wandau.

Os Ndaus constituem o grande grupo étnico que domina a região, sendo o Ci-ndau a língua mais falada.

2.3 Locais de funcionamento da Administração do Distrito

Sabe-se que a instalação da Administração na actual Vila do Búzi aconteceu no ano de 1931 na zona de Malata, tendo passado para as instalações da Casa do Algarve e, finalmente, para as actuais instalações da Administração, cuja construção data de 1945.

A Administração do Distrito do Búzi funcionou outrora na então Sede do Governo em Nova Sofala, actual Posto Administrativo de Nova Sofala, sendo que as suas infra-estruturas, bem como as da Fortaleza se encontram hoje em ruínas atingidas pela erosão. A Administração em Nova Sofala funcionava com o estatuto de circunscrição.

Actualmente, a Administração do Búzi funciona a cerca de 50 Km da cidade da Beira, como consequência do desenvolvimento da Companhia do Búzi.



2.4 Companhia do Búzi

Esta sociedade, Companhia Colonial do Búzi, hoje apenas Companhia do Búzi, foi fundada nos finais do século XIX, por escritura de 13 de Setembro de 1898, para dar cumprimento ao contrato de 1 de Abril do mesmo ano, celebrado entre a firma Arriaga e C.ta e a Companhia de Moçambique.

Pelo referido contrato, realizado por iniciativa do fundador da Companhia do Búzi, Dr. Guilherme de Arriaga, resultaram para esta direitos e privilégios especiais na área da circunscrição do Búzi que, pela sua importância, mencionamos a seguir:

- O direito de demarcar dentro da circunscrição do Búzi todos os terrenos que lhe apossasse, com excepção de 50% da zona marginal do Búzi na profundidade de 4Km, mediante o foro de 1 centavo por hectare;
- O direito à cobrança do então chamado imposto de palhota para facilitar o engajamento dos trabalhadores locais e, de cujo produto, 40% ficariam pertencendo à Companhia de Moçambique;
- O direito de preferência dos seus empregados para o desempenho de cargos oficiais dentro da área de sub-concessão;
- A livre exploração das florestas de todos os terrenos não concedidos a terceiros;
- O direito exclusivo à caça de grandes animais, nomeadamente, elefantes, rinocerontes, hipopótamos, leões, etc., na área da circunscrição do Búzi; e
- O livre exercício da Agricultura, Comércio e Indústria dentro da área de sub-concessão.

Estas vantagens foram obtidas a troco de 10% das acções com que se constituiu a Companhia do Búzi e da obrigação de entrega de igual percentagem, sempre que o seu capital accionário registasse um aumento.

Deste modo, transitaram de imediato para a posse da Companhia do Búzi cerca de 17.000 hectares de terreno, dos quais 200 hectares arroteados e com plantações várias, pedreiras em começo de exploração, forno de cal, algumas casas de habitação, embarcações e, como indústrias, uma serração, uma destilaria de cana, uma moagem de cereais, uma serrallaria e uma cerâmica.



As culturas então existentes, além de 40 ha de cana para a produção de álcool, eram de coqueiros, bananeiras, ananaseiros, rícino, etc., e um pomar com cerca de 600 fruteiras.

Posteriormente, foram demarcados 135.200 ha nos terrenos contratados e também provenientes de algumas áreas adquiridas, aos quais se vieram juntar cerca de 20.000 ha de concessões obtidas nas circunscrições de Sofala, Mocoque e Governo.

Tão extensas áreas e as condições de produção de tão múltiplas explorações – a maior parte por concluir e poucas em período de rendimento – não facilitaram a actuação da Administração da Companhia nos primeiros anos da sua actividade.

Assim, o ano de 1899 foi marcado como sendo o primeiro ano de actividades da Companhia e, pela “carta de poderes” de 11 de Outubro de 1898, o Dr. Guilherme d’Arriaga era nomeado primeiro director da Companhia do Búzi.

Para fazer face às exigências da sua própria actividade e desenvolvimento, foram emitidas acções e obrigações. A Companhia do Búzi constituiu-se com um capital de 450.000\$00, ouro, correspondendo a 100.000 acções de 1 libra cada.

Foram efectuadas novas emissões em 1910 (50.000 acções), em 1919 (150.000 acções), em 1926 (5.000 acções) tendo, o seu capital social, atingido em 28 anos de actividades 35.550 contos. Mais tarde, quase 20 anos depois, novos empreendimentos exigiram um aumento do capital social que passou para 71.500.000\$00, cerca de 650.000 acções em 1934 e para 110.000.000\$00, cerca de 1.000.000 acções em 1942.

Assim, em 1902 assentava-se a linha férrea “decauville” e acentuava-se o melhoramento dos transportes fluviais e o apetrechamento das actividades produtivas.

2.5 Produção do algodão e açúcar

O ano de 1941 foi o ano que marcou o início de exploração da sua zona algodoeira, tendo produzido 829 toneladas de algodão fibra.

O ano de 1952, em que se produziram 16 mil tons de açúcar, 2 mil de algodão caroço, 500 tons de algodão fibra e 2 mil de semente de algodão, marcou nova etapa na vida da empresa. Houve que encarar, com a publicação do novo regime açucareiro, uma vasta remodelação fabril, intensificar o potencial agro-pecuário, o reapetrechamento das infra-estruturas e a



reorganização dos serviços da Companhia do Búzi e da Contabilidade, esta, aliás, já iniciada em 1949.

Determinou a execução de estudos dos planos que foram sendo realizados, tendo apenas como fonte de financiamento o aumento do capital efectivo, em 1954.

Abandonados que foram os terrenos da circunscrição do Govuro em 1934, para efeitos de cultivo de cana e de outras culturas, considerou-se a concentração no Búzi de todo o gado existente, cerca de 2000 cabeças, o que veio a efectivar-se em 1954.

Os benefícios da remodelação da fábrica iniciada em 1953 começou, efectivamente, a sentir-se a partir do ano de 1955. Foram conseguidos rendimentos/hora mais favoráveis, assim como um aumento significativo da produção de açúcar, até 30 mil tons em 1962, ano em que são realizados novos estudos com vista à última fase da remodelação da fábrica de açúcar da Vila Guilherme d'Arriaga (actual Vila da Companhia do Búzi).

2.6 Recrutamento de mão-de-obra barata

A aquisição de força de trabalho constituiu um sério problema para a Companhia do Búzi, dada a multiplicidade das actividades por si desenvolvidas. Este problema foi contornado através do recrutamento de mão-de-obra barata na região norte do país, nomeadamente, nas províncias de Nampula, Tete e Zambézia e nas regiões de Chibabava e no Sul do Save, para além da própria região do Búzi.

Esse recrutamento era feito por meio de um contrato com as entidades governamentais, que efectuavam o recrutamento da mão-de-obra, cabendo à Companhia do Búzi o pagamento de um tributo a essas entidades oficiais, obtendo assim uma força de trabalho quase obrigatória para as actividades atrás mencionadas.

Com a proclamação da independência em 1975, começa a fuga precipitada de agricultores privados (restando apenas quinze em 1980) e acentuam-se também as acções de sabotagem por parte da antiga administração da empresa que tinha como Presidente do Conselho de Administração o Dr. António de Lilo Malaquias de Lemos, sabotagem essa que vai desde a falta de respeito para com os trabalhadores, para com as estruturas do partido e do estado e para com outros técnicos estrangeiros (que acabaram por abandonar a empresa) até à não consideração dos programas de produção, de aquisição de viaturas e outro equipamento,



essenciais ao serviço da empresa, desprezando os métodos de trabalhos definidos pelo Estado, conduzindo assim ao deficiente funcionamento da empresa e impedindo, conseqüentemente, o alcance das metas para ela definida, de um lado, e do outro o desinteresse em definir as propriedades abandonadas que se situam na esfera de acção da empresa, cujo funcionamento correcto depende das metas de produção projectadas.

Para se pôr termo a esta situação, a empresa é intervencionada pelo Estado em 20 de Novembro de 1978, de acordo com o Despacho do Ministério da Indústria e Energia que destitui a antiga administração incluindo administradores residentes em Portugal (onde era a Sede da empresa), dando assim por findo o respectivo mandato com todos os efeitos legais. São suspensos todos os órgãos sociais e revogadas todas as procurações.

A companhia do Búzi conta hoje 89 anos de existência, ao longo dos quais conheceu muitas transformações em termos de infra-estruturas, tendo atingido um imobilizado de: Fábricas - 11.870 m²; Escritórios - 2.258 m²; Armazéns - 10.610 m²; Habitações - 82.110 m²; Oficinas - 6.353 m²; Canais de irrigação - 17,610 km; e Linha férrea de 70 km

Porém, as infra-estruturas acima referidas, dada a idade avançada de algumas delas, necessitam de uma reparação geral, como é o caso dos canais de irrigação, da necessidade de substituição urgente das chapas de zinco que cobrem os telhados das fábricas, armazéns e algumas moradias, e uma pintura geral de todas as infra-estruturas, por forma a prolongar a vida das mesmas.

2.7 Cenário político actual e sociedade civil

No âmbito da implementação do Decreto 15/2000 sobre as autoridades comunitárias de 1^a e 2^a linhas (régulos, chefes de terras e secretários de bairro), de acordo com as entidades distritais, foi levado a cabo um trabalho de divulgação do mesmo em todos os Postos Administrativos, Localidades, Aldeias e Povoações, tendo sido envolvidas todas as camadas sociais.

A relação entre a Administração do Distrito do Buzi e as autoridades comunitárias é positiva e tem contribuído para a solução dos vários problemas locais, nomeadamente os surgidos devido aos conflitos de terras existentes no distrito.



Foram legitimados e reconhecidos 14 Régulos e 9 Secretários dos Bairros também legitimados e 1 reconhecido, ficando, assim, por reconhecer 8 por falta de instalações-Sede.

Houve protestos no acto de legitimação em algumas povoações por acharem este ou aquele régulo/ secretário incompatível ou inconveniente, facto que levava ao adiamento do processo para permitir uma melhor reflexão.

No processo de legitimação e reconhecimento das autoridades locais, a execução das cerimónias de legitimação era deixada aos Chefes Tradicionais, ficando a população com a incumbência de se pronunciar sobre as qualidades do Régulo ou Secretário, cuja legitimação decorria na presença da brigada do Governo Distrital que apenas tinha como responsabilidade testemunhar o acto.

Com a morte do Régulo MUSSARAVANENGO MUCHATA – regulado Guengue, em 2002, foi legitimado em sua substituição Mateus Fernando Tungumanhe, em 14 de Dezembro de 2003.

Uma das propostas sugeridas para o melhoramento do Decreto 15/2000 é a alocação de fundos para garantir a realização de seminários com vista a capacitar os Chefes Tradicionais em matéria do Decreto 15/2000.

Em relação à religião existem várias crenças no distrito e representantes das respectivas hierarquias e que se têm envolvido, em coordenação com as autoridades distritais em várias actividades de índole social. A religião dominante é a Sião/Zione, praticada pela maioria da população do distrito.



3 Demografia



A superfície do distrito é de 7.329 km² e a população de 179 mil habitantes, à data de 1/1/2005. Com uma densidade populacional aproximada de 25 hab/km², prevê-se que em 2010 venha a atingir 206 mil habitantes.

Com uma população jovem (45%, abaixo dos 15 anos), tem um índice de masculinidade de 47% e uma taxa de urbanização de 10%, concentrada nas Vila do Buzi e zonas periféricas de matriz semi-urbana. A estrutura etária da população do distrito reflecte uma relação de dependência económica aproximada de 1:1.1, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 11 pessoas em idade activa.

TABELA 1: População por posto administrativo, idade e sexo, 1/1/2005

	TOTAL	Grupos etários				
		0 - 4	5 - 14	15 - 44	45 - 64	65 e mais
DISTRITO DE BUZI	178,998	32,220	47,674	74,528	18,481	6,096
Homens	84,470	15,921	24,140	33,095	8,336	2,977
Mulheres	94,528	16,299	23,534	41,433	10,144	3,118
P.A. de BUZI	108,905	18,993	29,024	45,774	11,550	3,564
Homens	51,786	9,384	14,740	20,501	5,379	1,782
Mulheres	57,119	9,609	14,284	25,273	6,171	1,782
P.A. de ESTAQUINHA	37,787	7,465	10,218	14,963	3,831	1,309
Homens	16,763	3,711	5,145	5,777	1,542	588
Mulheres	21,024	3,754	5,073	9,187	2,289	721
P.A. de NOVA SOFALA	32,306	5,762	8,431	13,791	3,100	1,223
Homens	15,921	2,826	4,255	6,817	1,415	608
Mulheres	16,385	2,936	4,176	6,973	1,684	615

Fonte: Estimativa da MÉTIER, na base do INE, Dados do Censo de 1997.

Das 38.085 famílias do distrito, a maioria é do tipo sociológico alargado (40%), isto é, com um ou mais parentes para além de filhos e têm, em média, 3 a 5 membros. Na sua maioria casados, após os 12 anos de idade, têm forte crença religiosa, dominada pela religião Sião ou Zione. Tendo por língua materna dominante o Cindau, só 29% da população do distrito com 5 ou mais anos de idade tem conhecimento da língua portuguesa, sendo este domínio predominante nos homens, dada a maior inserção na vida escolar e mercado de trabalho.

Com $\frac{3}{4}$ da população analfabeta, predominantemente mulheres, o distrito do Buzi tem uma taxa de escolarização baixa, constatando-se que somente $\frac{1}{4}$ das pessoas com 5 ou mais anos de idade, frequentam ou já frequentaram a escola primária. Destes 75% residem no PA da Sede do distrito.



4 Habitação e Condições de Vida

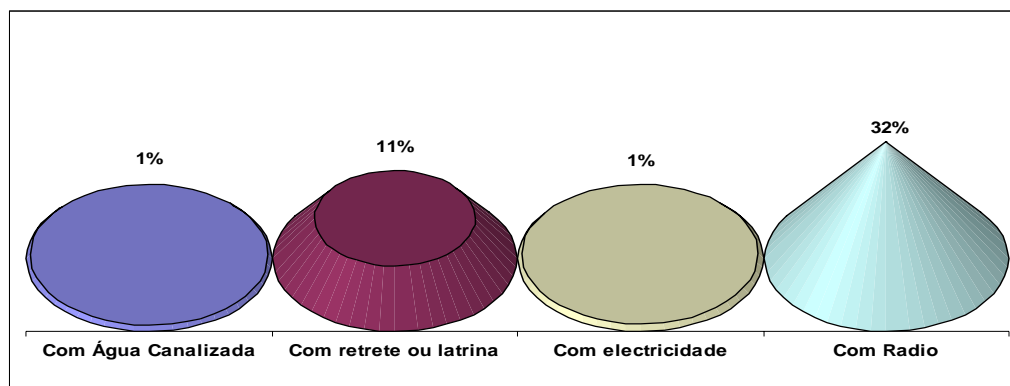


O tipo de habitação modal do distrito é “a *palhota, com pavimento de terra batida, tecto de capim ou colmo e paredes de caniço ou paus*”.

Em relação a outras utilidades, o padrão dominante é o de famílias “sem rádio e electricidade, dispondo de quatro bicicletas em cada dez famílias, e vivendo em palhotas sem latrina e com água colhida directamente em poços ou furos e em rios ou lagos”. As casas de bloco ou tijolo e de madeira e zinco representam

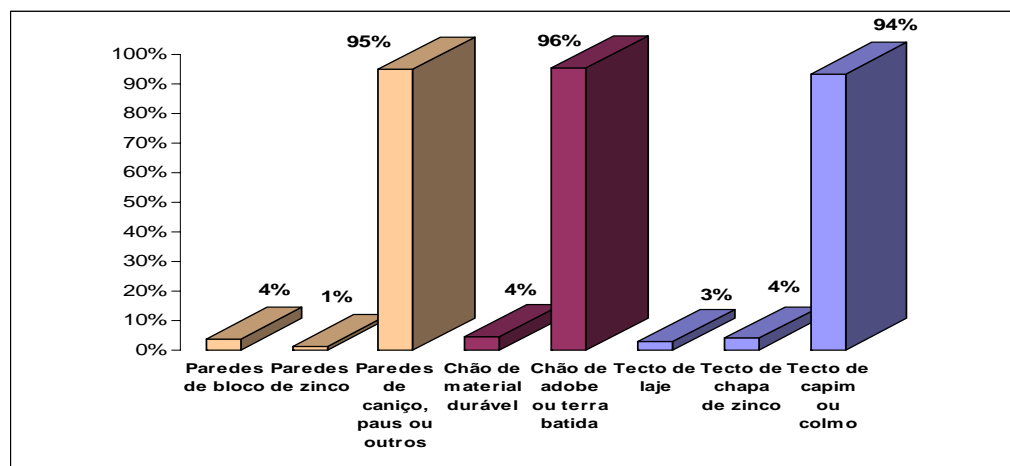
5% do total das habitações do distrito, estando localizadas, na sua maioria, na Vila do Buzi.

FIGURA 1: Famílias, por condições básicas de vida



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

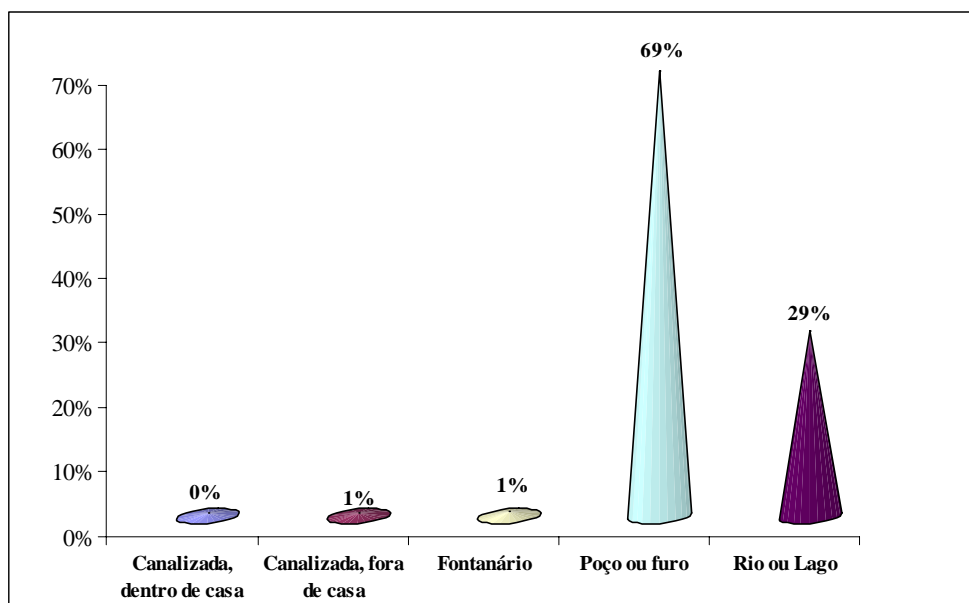
FIGURA 2: Habitações, por tipo de materiais usados



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

Em particular, no que concerne às fontes de abastecimento de água, verifica-se que na sua quase totalidade, a população abastece-se de poços ou furos (69%) ou directamente de rios ou lagos (29%).

FIGURA 3: Habitações, segundo a fonte de abastecimento de água



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

5 Organização Administrativa e Governação

O distrito de Búzi tem três postos administrativos: Búzi-Sede, Estaquinha e Sofala – com sete localidades.

Posto Administrativo	Localidades
BUZI - SEDE	BUZI - SEDE
	BANDUA
	GRUDJA
ESTAQUINHA	ESTAQUINHA - SEDE
	CHISSINGUANA
SOFALA	NOVA SOFALA
	AMPARA

O Governo Distrital, dirigido pelo Administrador de Distrito, está estruturado nos seguintes níveis de direcção e coordenação:



- Gabinete do Administrador, Administração e Secretaria;
- Comando Distrital da PRM;
- Direcção Distrital de Agricultura e Desenvolvimento Rural;
- Direcção Distrital de Educação;
- Direcção Distrital do SISE;
- Direcção Distrital de Cultura, Juventude e Desportos;
- Direcção Distrital da Mulher e Coordenação da Acção Social;
- Delegação dos Registos e Notariado;
- Delegação Marítima;
- Representação Distrital da Indústria, Comércio e Turismo.

Para além destes órgãos, estão também adstritos ao Governo Distrital, os seguintes organismos:

- Tribunal Judicial Distrital
- Procuradoria da República Distrital,

A gestão da vila, desde os serviços de higiene, salubridade e fornecimento de água potável é igualmente garantida pela Administração do Distrito. Neste distrito existem Delegações da EDM-EP, TDM-EP, Correios de Moçambique, Posto da APIE.



A Administração Distrital relaciona-se com o Governo Provincial na forma de subordinação e de prestação de contas junto da Direcção Provincial de Apoio e Controle, através do envio de informações periódicas, tais como:

- • Boletins Informativos semanais;
- • Relatórios Mensais;
- • Relatórios Trimestrais;
- • Relatórios Semestrais;
- • Relatórios Anuais, entre outras informações.

Por outro lado, a Administração Distrital, representada pelo Administrador realiza contactos com dirigentes de diferentes órgãos do Governo Provincial, através de reuniões e audiências.

Com um total de 52 funcionários (dos quais, 12 são mulheres), apresenta a seguinte distribuição por categorias profissionais:

■ Técnicos Superiores	1
■ Técnicos Médios	2
■ Assistentes Técnicos	11
■ Operários, Auxiliares Administrativos e Agentes de Serviço	8
■ Pessoal auxiliar	30

Do ponto de vista de equipamentos a Administração possui 1 viatura da marca TOYOTA; 2 motorizadas “SUZUKI” para os Chefes dos Postos Administrativos de Estaquinha e Nova Sofala; 1 computador para a Administração do Distrito; 3 máquinas de escrever manuais para os PA’s; 2 secretárias com respectivas cadeiras para os PA’s; 1 máquina fotocopadora-Projecto PADM; 2 televisores-Projecto PADM; 1 aparelho de vídeo-projecto PADM; 1 máquina de filmar-PADM; 1 máquina fotográfica-PADM; e 1 gerador pequeno a gasolina-Projecto PADM.

O sistema de governação vigente é baseado no Conselho Executivo. Em resultado da aprovação das Leis 6/78 e 7/78, este substituiu a Câmara Municipal local que era dirigida pelo Administrador do Distrito, por acumulação de funções, por força do artigo 491 da Reforma Administrativa Ultramarina (RAU).



O Conselho Executivo local é um órgão distinto do Aparelho do Estado no escalão correspondente, com as seguintes funções:

- Dirigir as tarefas políticas do Estado, bem como as de carácter económico, social e cultural.
- Dirigir, coordenar e controlar o funcionamento dos órgãos do Aparelho do Estado.

O Conselho Executivo é dirigido por um Presidente, que geralmente por acumulação de funções é o Administrador do Distrito, o qual é nomeado pelo Ministro da Administração Estatal.

Ao nível do distrito o Aparelho do Estado é constituído pela Administração do Distrito e restantes direcções e sectores distritais. O Administrador por sua vez responde perante o Governo Provincial e Central, pelos vários sectores de actividades do Distrito organizados em Direcções e Sectores Distritais.

A governação tem por base os Presidentes das Localidades, Autoridades Comunitárias e Tradicionais. Os Presidentes das Localidades são representantes da Administração e subordinam-se ao Chefe do Posto Administrativo e, conseqüentemente, ao Administrador Distrital, sendo coadjuvados pelos Chefes de Aldeias, Secretários de Bairros, Chefes de Quarteirões e Chefes de Blocos.

As instituições do distrito operam com base nas normas de funcionamento dos serviços da Administração Pública, aprovadas pelo Decreto 30/2001 de 15 de Outubro, do Conselho de Ministros, publicado no Boletim da república nº 41, I Série, Suplemento.

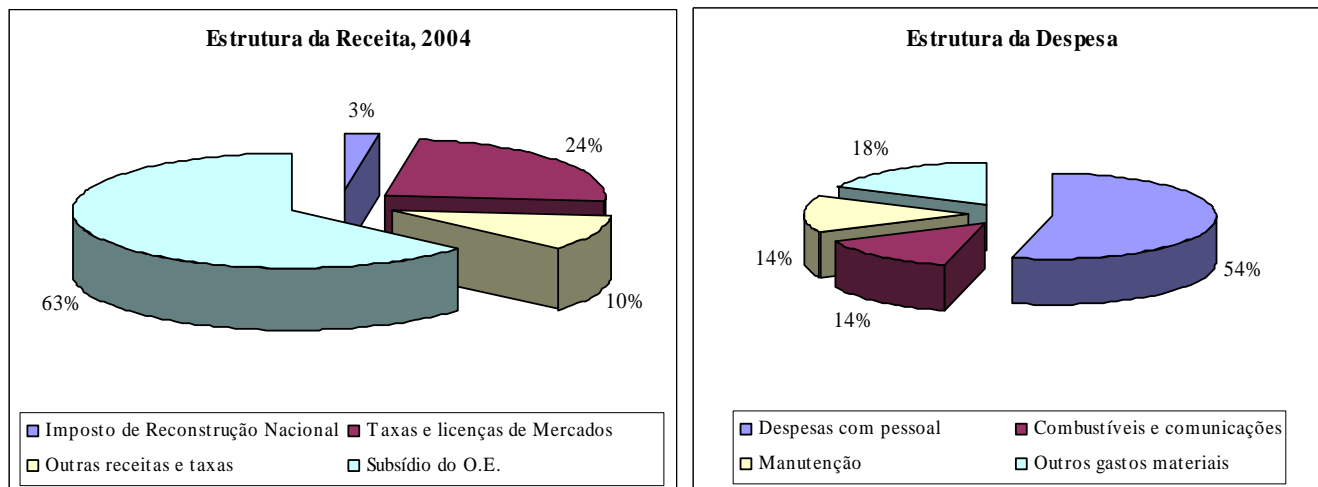
A actividade do governo distrital segue uma abordagem essencialmente empírica e de contacto com a comunidade. Importa que esta prática venha a ser sistematizada em sistemas de planificação e controlo regulares e fiáveis, bem como seja baseada numa visão estratégica que oriente o planeamento anual e faça convergir de forma eficaz os esforços sectoriais.

O Decreto 30/2001 de 15 de Outubro, sobre a Reforma do Sector Público, está a ser implementado no distrito. Com efeito, este instrumento foi objecto de estudo pelos funcionários do Estado, de modo a garantir a sua correcta implementação pelos sectores.

A Administração do Distrito, sem inclusão das instituições subordinadas e unidades sociais, funcionou nos últimos anos com os seguintes níveis de receitas e despesas anuais.



FIGURA 4: Estrutura do orçamento distrital, 2004



Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial do Plano e Finanças

Tendo em vista melhorar o sistema de colecta e registo de receitas, pretende-se um maior envolvimento dos chefes tradicionais na sensibilização da população para o pagamento do imposto de reconstrução nacional, a introdução do sistema de fiscalização na cobrança de taxas nos mercados e a intensificação da cobrança de impostos ou licenças de circulação de bicicletas.

O nível de receita é manifestamente insuficiente ao cabal exercício das funções distritais. A despesa corrente do orçamento distrital em 2004 foi de 14 contos por habitante, isto é, menos de 1 USD.

Do lado da despesa, os gastos com pessoal absorvem mais de metade do orçamento corrente do distrito e, à excepção das cobranças de mercados e algumas receitas de serviços, turismo e urbanismo, o esforço fiscal distrital é muito baixo.

Quanto ao investimento com financiamento de base distrital, o seu montante é pequeno, sendo quase todas as acções de investimento público planificadas e orçamentadas ao nível provincial, funcionando os principais sectores sociais com finanças geridas a este nível.

À governação distrital compete essencialmente a gestão corrente, fraccionada pela dispersão orçamental dos principais sectores sociais e de infra-estruturas, o que condiciona fortemente a sua actuação num esforço coordenado de desenvolvimento e integração.

Face à situação financeira descrita, o Governo Distrital tem enfrentado vários constrangimentos à sua acção, de que se destacam os seguintes:

- Não alocação de fundos de investimentos para manutenção das vias de acesso;
- Falta de fundos de investimento para manutenção dos PS de Água e dos furos nas aldeias;
- Falta de infra-estruturas de educação e saúde para a população do distrito;
- ◇ Insuficiência de professores e, conseqüentemente, elevado número de alunos nas turmas;
- ◇ Falta de Bibliotecas e Laboratórios escolares;
- ◇ Insuficiência de mobiliário escolar, sobretudo carteiras e secretárias;
- ◇ Falta de fundos em algumas Instituições Públicas, nomeadamente, Cultura, Juventude e Desportos, Comércio e Turismo e Administração Marítima;
- ◇ Insuficiência de técnicos qualificados, em particular na Administração;
- ◇ Insuficiência de pessoal para o Sector da Saúde, Educação e Polícia;
- ◇ Falta de ambulâncias no Sector da Saúde;
- ◇ Falta de sistema de frio na Casa Mortuária do Hospital Rural do Búzi; e
- Ausência de um programa de construções para atender o crescimento do aparelho de estado.

Face às restrições orçamentais existentes, tem sido essencial para a prossecução da actividade do Governo Distrital e para o progresso do distrito, o envolvimento consciente e participação comunitária, e o apoio do sector privado e de vários organismos internacionais que operam neste distrito.

A participação comunitária tem sido essencial para suprir várias necessidades em matéria de construção, reabilitação e manutenção de infra-estruturas, nomeadamente estradas interiores, postos de saúde e escolas, bem como residências para professores e enfermeiros.

No âmbito do envolvimento das populações na busca de soluções para os problemas locais, foram levadas a cabo as seguintes acções:

- Criação de policiamento comunitário;
- Realização de reuniões públicas nas povoações para auscultação da situação da criminalidade;



- Manutenção das vias de acesso locais através do Programa “Comida pelo Trabalho”;
- Criação de Associações Agrícolas de Camponeses;
- Cultivo de plantas resistentes à seca;
- Prática de culturas de rendimento;
- Envolvimento da comunidade na manutenção de fontes de água através de pequenas contribuições;
- Sensibilização para o envolvimento da comunidade na construção de latrinas;
- Reabilitação das vias de acesso;
- Envolvimento da comunidade na construção de salas anexas e casas para os professores com utilização de material local;
- Sensibilização da população para a sua adesão aos Serviços de Saúde;
- Envolvimento dos líderes comunitários na sensibilização da população para a manutenção, abertura e limpeza de vias de acesso “comida pelo trabalho”.

No âmbito da promoção do uso de material local na construção de casas para os Chefes dos Postos Administrativos e outros funcionários do estado, a A experiência do distrito do Búzi no uso de material local foi adquirida aquando da construção de residências para as vítimas das cheias, nos Centros de Reassentamento de Guara-Guara e Bândua, onde, também, saíram beneficiados alguns funcionários da Educação, Agricultura, PRM e Administração, constando do material usado, estacas, bambú, caniço, chapas de zinco e cimento.

Na sua actuação, o Governo Distrital tem tido apoio de vários organismos de cooperação, que promovem programas sociais de assistência, protecção do ambiente e desenvolvimento rural, que desempenham um papel activo e importante no apoio à reconstrução e desenvolvimento locais.

TABELA 2: Organismos de assistência e cooperação

Nome	Sector
AICF	Água
ASDI	Educação
CICS	Económico-Social, Água, Reabilitação
DEDA	Saúde
FCF	Agricultura, educação, desenvolvimento rural
FLM	Água, saúde
IIRO	Emergência, segurança alimentar, reabilitação
PMA	Ajuda humanitária
UNICEF	Água

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial do Plano e Finanças



6 Posse e Uso da Terra ²

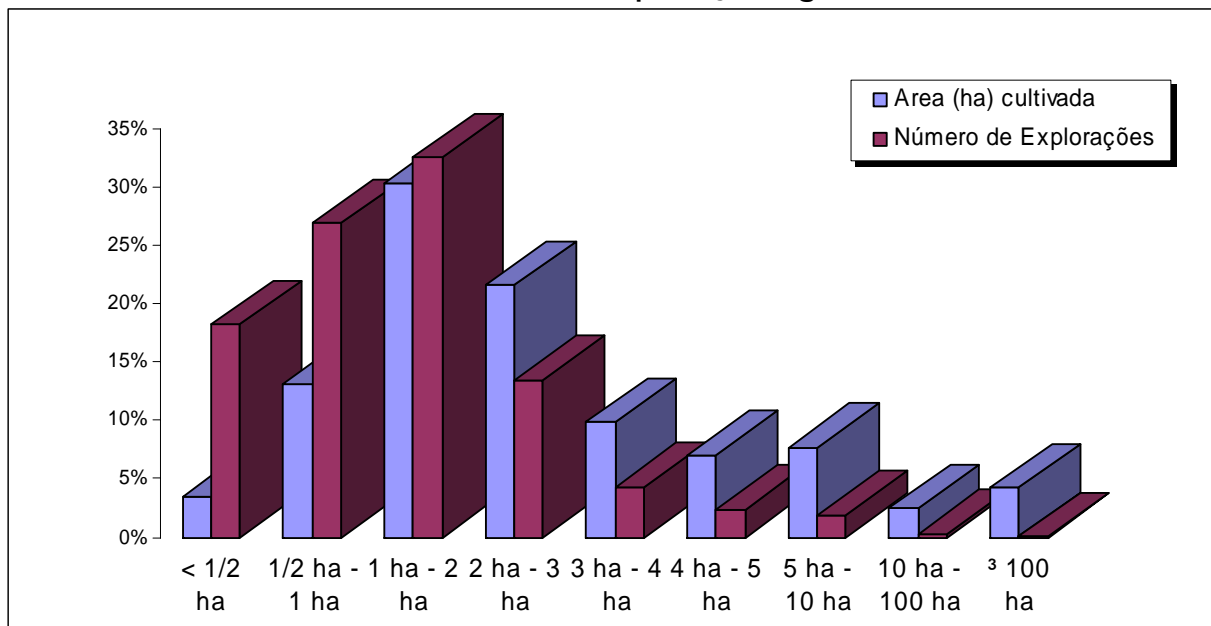
Búzi é um distrito de densidade populacional moderada, o que determina alguma pressão sobre os recursos existentes, nomeadamente sobre a terra, gerando alguns conflitos sobre a sua posse.

O distrito possui cerca de 27 mil explorações agrícolas com uma área média é de 1.3 hectares. Com um grau de exploração familiar dominante, 45% das explorações do distrito têm menos de 1 hectare, apesar de ocuparem somente 17% da área cultivada.

Este padrão desigual da distribuição das áreas fica evidente se referirmos que 30% da área cultivada pertence a somente 8% das explorações do distrito.

Na sua maioria os terrenos não estão titulados e, quando explorados em regime familiar, têm como responsável, em quase 75% dos casos, o homem da família.

FIGURA 5: Estrutura de base da exploração agrária da terra



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agro-pecuário, 1999-2000

² Baseado em trabalho analítico da MÉTIER, suportado pelos dados do INE do Censo Agro-pecuário de 1999-2000. Apesar de se tratar de extrapolação s a partir duma amostra cuja representatividade ao nível distrital é baixa, considera-se que – do ponto de vista da análise da estrutura de uso e exploração da terra – os seus resultados são um bom retrato das características essenciais do distrito. Aconselha-se, pois, que mais do que os seus valores absolutos, este capítulo seja analisado tendo em vista absorver os principais aspectos estruturais da actividade agrária.

No que respeita à posse da terra, mais de 85% das 82 mil parcelas em que estão divididas as explorações são tradicionalmente pertença das famílias da região, sendo transmitidas por herança aos filhos, ou estão em regime de aluguer ou de concessão do estado a particulares e empresas privadas. Abrangendo em muitos casos pequenas explorações, o seu peso específico em termos de área é, porém, de somente 40% da área distrital cultivada. Somente 12% das parcelas agrícolas pertencem às autoridades tradicionais e oficiais do distrito.

A estrutura de exploração agrícola do distrito reflecte a base alargada da economia familiar, constatando-se que 55% das explorações são cultivadas por famílias com 6 ou mais membros do agregado familiar. As 27 mil explorações agrícolas do distrito estão divididas em cerca de 82 mil parcelas, metade com menos de meio hectare e exploradas, em mais de metade dos casos, por mulheres. De reter, que 32% do total de agricultores são crianças menores de 10 anos de idade, de ambos os sexos.

A maioria da terra é explorada em regime de consociação de culturas alimentares, nomeadamente o milho, arroz, mandioca, feijão nhemba, amendoim e batata-doce.

Para além das culturas alimentares e de rendimento, o distrito tem um apreciável número de fruteiras e cajueiros.

No distrito existem cerca de 15 mil criadores de pecuária e mais de 30 mil de avicultura, a maior parte em regime familiar. Os dados disponíveis apontam para uma estrutura de produção relativamente mercantilizada, em que o nível de vendas varia de 15% nos bovinos e caprinos a 60% nos bicos, constituindo assim uma fonte de rendimento familiar importante.



7 Educação



Com $\frac{3}{4}$ da população analfabeta, somente $\frac{1}{4}$ das pessoas com 5 ou mais anos de idade frequentam ou já frequentaram a escola primária.

A maior taxa de adesão escolar verifica-se no grupo etário dos 10 a 14 anos, onde 36% dos jovens frequentam a escola, seguido do grupo de 5 a 9 anos, o que reflecte a entrada tardia na escola da maioria das crianças.

Dada a insuficiente rede escolar, a maioria dos alunos frequenta somente o ensino primário e a população escolar é, predominantemente, de rapazes.

Do total de população com mais de 5 anos de idade, verifica-se que somente 10% concluíram algum nível de ensino. Destes, 91% completaram somente o ensino primário e 6% o nível de ensino secundário. Os restantes níveis representam somente 3% do efectivo escolarizado.

Esta situação reflecte o facto de a rede escolar existente e o efectivo de professores, apesar de terem vindo a crescer, serem insuficientes e possuírem uma baixa qualificação pedagógica.

Estes factos são agravados por factores socio-económicos, resultando em taxas de aproveitamento baixas e de desistências altas, em algumas localidades do distrito.

TABELA 3: Escolas, alunos e professores, 2003

NÍVEIS DE ENSINO	N.º de Escolas	N.º de Alunos		N.º de Professores	
		M	HM	M	HM
TOTAL DO DISTRITO	142	14.943	33.855	40	479
EP1	60	9.760	23.602	24	243
EP2	5	895	2.802	4	57
ESG I	3	460	1.673	3	32
AEA	74	3.828	5.778	9	147

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Educação

EP1 - 1º a 5º anos; EP2 - 6º e 7º anos; ESG I - 8º a 10º Anos.

A maioria dos professores tem uma formação escolar baixa, possuindo, em média, habilitações entre a 6ª e a 8ª classe e, em alguns casos, um ano de estágio pedagógico, o que condiciona bastante a qualidade do ensino ministrado.



8 Saúde e Acção Social

A rede de saúde do distrito, apesar de estar a evoluir a bom ritmo, é insuficiente, evidenciando os seguintes índices de cobertura média:

- Uma unidade sanitária por cada 14 mil pessoas;
- Uma cama por 1.600 habitantes; e
- Um profissional técnico para cada 3.140 residentes no distrito.

TABELA 4: Unidades de saúde, camas e pessoal, 2003

Unidades, Camas e Pessoal existente, por Posto Administrativo	Tipo de Unidades Sanitárias				Pessoal existente por sexo		
	Total de Unidades	Hospital Rural	Centro de Saúde II/III	Postos de Saúde	HM	H	M
Nº de Unidades	13	1	9	3			
Nº de Camas	110	70	34	6			
Pessoal Total	87	57	25	5	87	62	25
- Licenciados	1	1	0	0	1	1	0
- Nível Médio	10	10	0	0	10	7	3
- Nível Básico	34	21	11	2	34	25	9
- Nível Elementar	12	4	6	2	12	10	2
- Pessoal de apoio	27	20	7	0	27	19	8

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Saúde

A Direcção Distrital de Saúde distribui regularmente por cada Centro de Saúde “Kits A e B” e pelos Postos de Saúde “Kits B”. O quadro epidémico do distrito é dominado pela malária, diarreia e DTS e SIDA que, no seu conjunto, representam quase a totalidade dos casos de doenças notificados no distrito.

A integração e assistência social a pessoas, famílias e grupos sociais em situação de pobreza absoluta, dá prioridade à criança órfã, mulher viúva, idosos e deficientes, doentes crónicos e portadores do HIV-SIDA, tóxico-dependentes e regressados.

No distrito do Buzi existem, segundo os dados do Censo de 1997, cerca de 5 mil órfãos (dos quais 30% de pai e mãe) e 5 mil deficientes (57% com debilidade física, 6% com doenças mentais e 37% com ambos os tipos de doença).

Desde o ano 2000, foram reunificadas com as suas famílias e atendidas cerca de 400 crianças perdidas e órfãs, foram identificadas beneficiando de apoios 240 idosos, e foram assistidas 13 pessoas portadoras de deficiência.



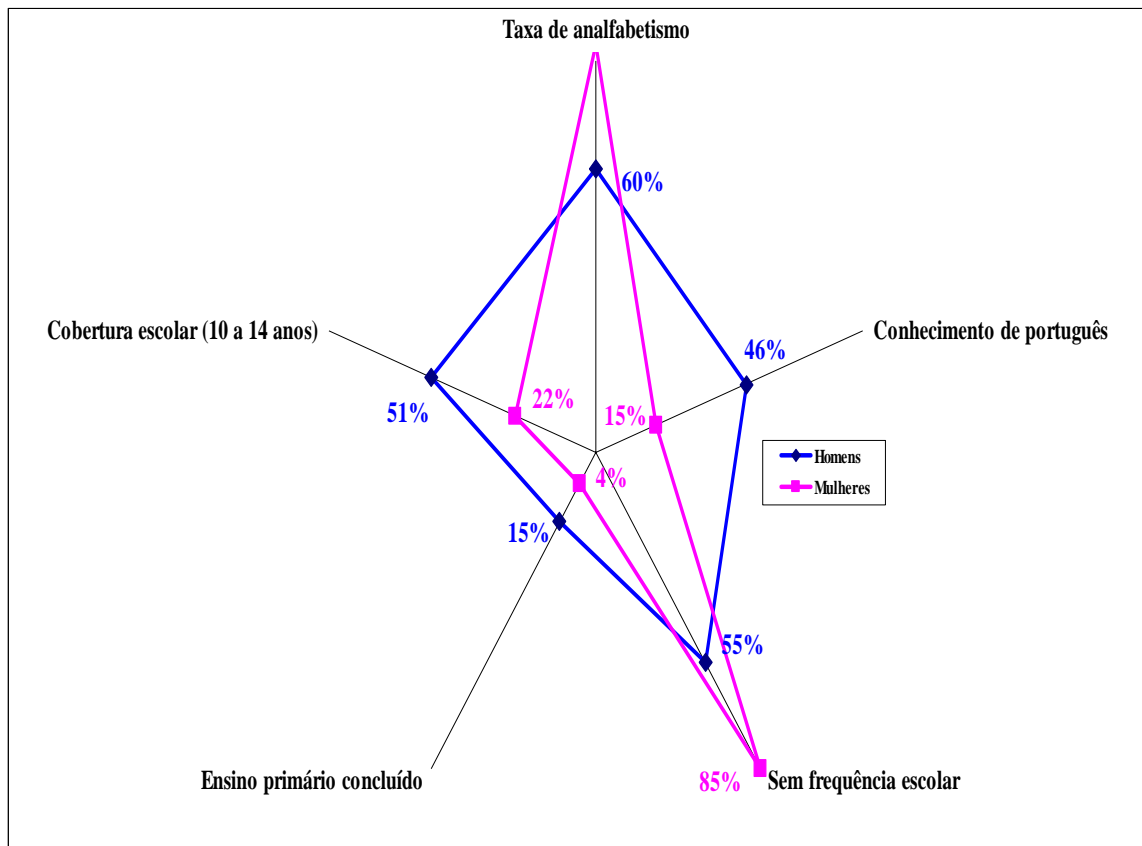
9 Género

O distrito do Buzi tem uma população de 179 mil habitantes - 94 mil do sexo feminino - sendo 14% dos agregados familiares do tipo monoparental chefiados por mulheres.

Tendo por língua materna dominante o *Cindau*, só 15% das mulheres tem conhecimento da língua portuguesa. A taxa de analfabetismo na população feminina é de 89%, sendo de 60% no caso dos homens.

Das mulheres do distrito com mais de 5 anos, 85% nunca frequentaram a escola e somente 4% concluíram o ensino primário. A maior taxa de adesão escolar verifica-se no grupo etário dos 10 a 14 anos, onde 21% das crianças do sexo feminino frequenta a escola, o que reflecte a entrada tardia na escola da maioria das crianças rurais, sobretudo meninas.

FIGURA 6: Indicadores de escolaridade, por sexos



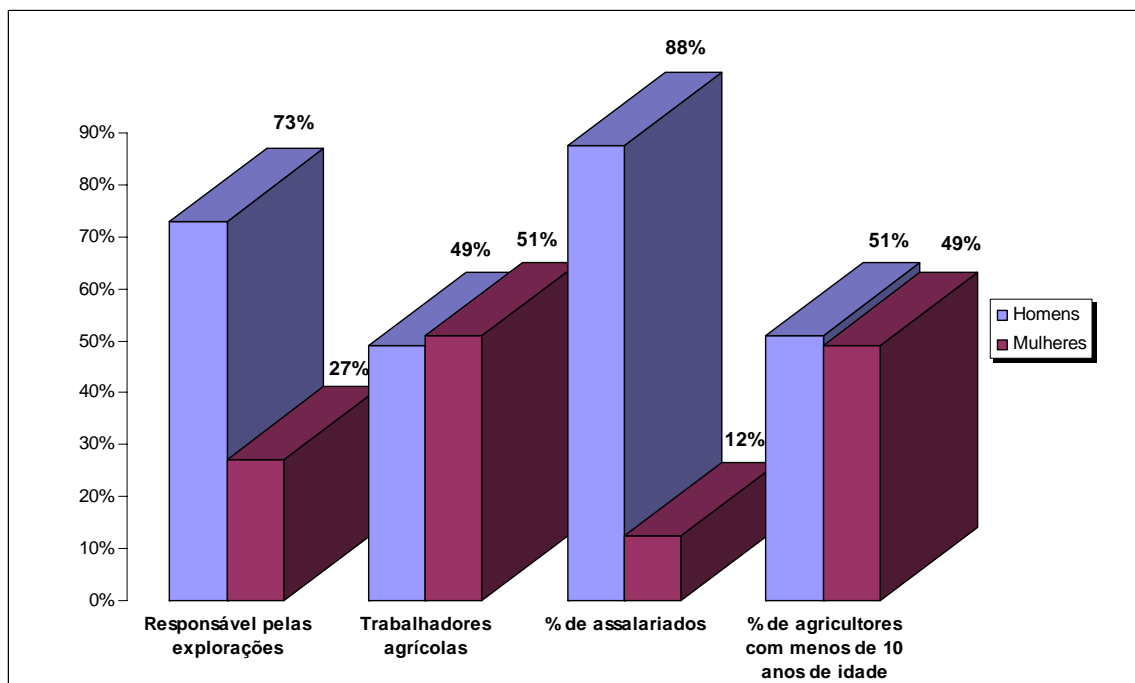
Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

De um total de 94 mil mulheres, 55 mil estão em idade de trabalho (15 a 64 anos). Excluindo as que procuram emprego pela 1ª vez, a população activa feminina é de 26 mil pessoas, reflectindo uma taxa implícita de desemprego feminino de 52% (44% nos homens).



As 27 mil explorações agrícolas do distrito estão divididas em cerca de 82 mil parcelas, metade com menos de meio hectare e exploradas, em mais de metade dos casos, por mulheres. De reter, que 32% do total de agricultores são crianças menores de 10 anos de idade, de ambos os sexos, das quais metade são raparigas.

FIGURA 7: Quota das mulheres no trabalho agrícola e remunerado



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agro-pecuário, 1999-2000

A distribuição das mulheres activas residentes no distrito do Buzi de acordo com a posição no processo de trabalho e o sector de actividade é a seguinte:

- Cerca de 95% são trabalhadoras agrícolas familiares ou por conta própria;
- 3% são vendedoras ou empregadas do sector comercial formal e informal; e
- As restantes são, na maioria, trabalhadoras de outros serviços ou produtoras artesanais.

Nos sectores da educação e da saúde a situação de emprego da mulher é igualmente deficitária. Efectivamente, só 8% dos professores e 30% dos técnicos de saúde do distrito são profissionais femininas.

10 Actividade Económica

10.1 População economicamente activa

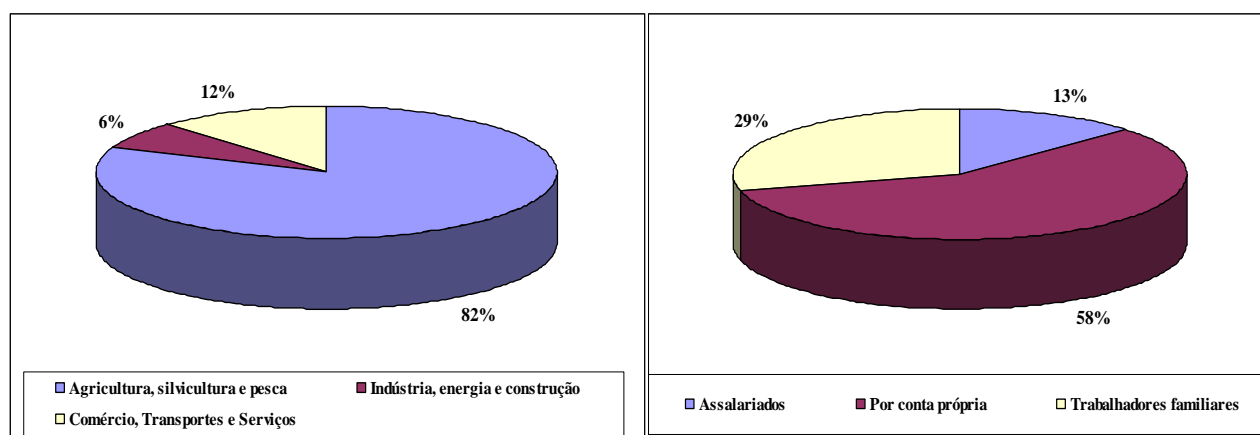
A estrutura etária da população reflecte uma relação de dependência económica aproximada de 1:1.1, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 11 pessoas em idade activa.

De um total de 179 mil habitantes, 99 mil estão em idade de trabalho (15 a 64 anos). Excluindo os que procuram emprego pela primeira vez, a população economicamente activa é de 51 mil pessoas, o que reflecte uma taxa implícita de desemprego de 48%.

Da população activa, 87% são trabalhadores familiares ou por conta própria, na sua maioria, mulheres. A percentagem de trabalhadores assalariados é somente de 13% da população activa, sendo - de forma inversa, dominada por homens (as mulheres representam apenas 12% do total de assalariados).

A distribuição da população activa segundo o ramo de actividade reflecte a dominância do sector agrário, que ocupa 81% da mão-de-obra do distrito. Os sectores secundário e terciário ocupam, respectivamente, 6% e 12% dos trabalhadores, sendo dominados pela actividade de comércio formal e informal, que ocupa cerca de 9% do total de trabalhadores e 3% das mulheres activas do distrito.

FIGURA 8: População activa³, por ramo de actividade, 2005



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

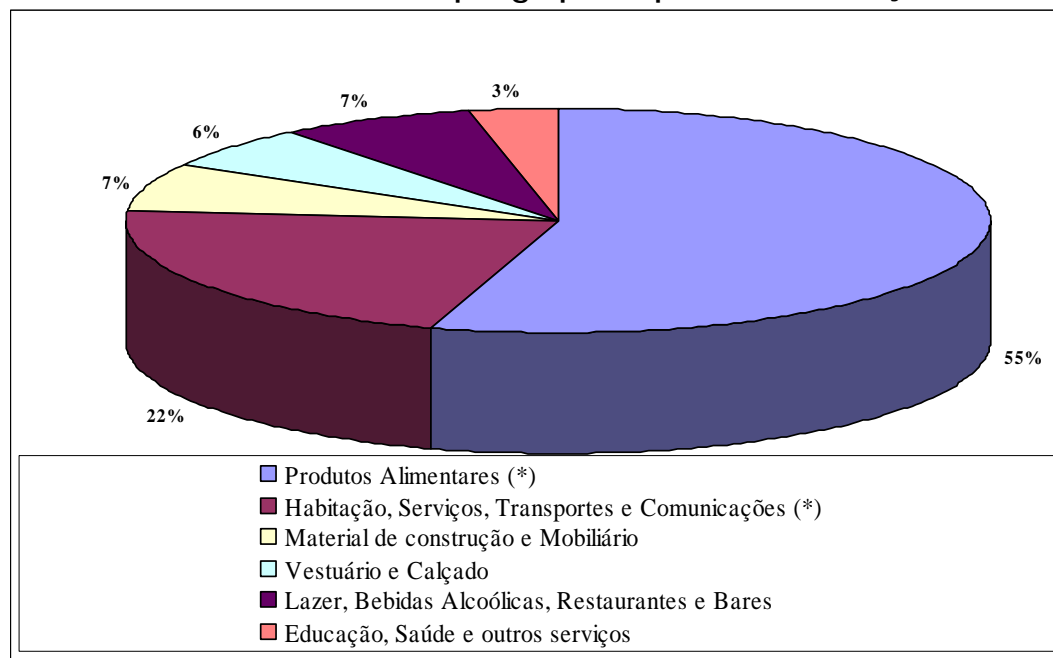
10.2 Orçamento familiar

O distrito de Buzi tem um Índice de Incidência da Pobreza ⁴ estimado em cerca de 42% no ano de 2003⁵. Com um nível médio mensal de receitas familiares de 48% em espécie,



derivados do autoconsumo e da renda imputada pela posse de habitação própria, a população do distrito apresenta um padrão de consumo concentrado nos produtos alimentares (55%) e nos serviços de habitação, água, energia e combustíveis (22%).

FIGURA 9: Consumo familiar, por grupo de produtos e serviços



(*) Inclui o autoconsumo da produção agrícola e a imputação da renda por posse de habitação própria
 Fonte: Instituto Nacional de Estatística, IAF - 2002/03.

Com variância significativa, a distribuição da receita familiar está concentrada nas classes baixas, com 70% dos agregados na faixa de rendimentos mensais inferiores a 2.000 contos.

10.3 Segurança alimentar e estratégias de sobrevivência



Este distrito é frequentemente alvo de calamidades naturais que afectam profundamente a vida social e económica da comunidade.

Estes desastres, associados à fraca produtividade agrícola, conduzem . de acordo com vários levantamentos efectuados por entidades credíveis⁶ - a níveis de segurança alimentar de risco, estimando-se em 2,5 meses a média de reservas alimentares por agregado familiar de cereais e mandioca, o que

³ Com 15 anos ou mais, excluindo os que procuram emprego pela primeira vez.

⁴ O Índice de Incidência da Pobreza (*poverty headcount index*) é a proporção da população cujo consumo *per capita* está abaixo da linha da pobreza.

⁵ Estimativa da MÉTIER, a partir de dados do Relatório sobre Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: 2ª Avaliação Nacional (2002-03), DNPC, Gabinete de Estudos do MPF.

⁶ Nomeadamente, os Médicos sem fronteira.

coloca cerca de 5% da população do distrito, sobretudo os camponeses de menos posses, idosos e famílias chefiadas por mulheres, numa situação potencialmente vulnerável.

TABELA 5: Zonas mais afectadas por calamidades naturais

Posto Administrativo	Desastres naturais
Estaquinha	Estiagem e ciclone
Buzi	Cheias, ciclones, erosão fluviais e inundações.
Sofala	Ciclones, e erosão costeira.

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial de Agricultura

Efectivamente, dadas as tecnologias primárias utilizadas e, conseqüentemente, os baixos rendimentos das culturas, a colheita principal é, em geral, insuficiente para cobrir as necessidades de alimentos básicos, que só são satisfeitas com a ajuda alimentar, a segunda colheita, rendimentos não agrícolas ou outros mecanismos de sobrevivência.

Nos períodos de escassez, as famílias recorrem a uma diversidade de estratégias de sobrevivência que incluem a participação em programas de "comida pelo trabalho", a recolha de frutos silvestres, a venda de lenha, carvão, estacas, caniço, bebidas e a caça.

As famílias com homens activos recorrem ao trabalho remunerado nas cidades mais próximas, já que as oportunidades de emprego no distrito são reduzidas, dado que a economia ter por base, essencialmente, as relações familiares.

Para atenuar os efeitos desta situação, as autoridades distritais e o MADER lançaram um plano de acção para redução do impacto da estiagem incluindo sementes e culturas resistentes e introdução de tecnologias adequadas ao sector familiar.

As principais organizações que apoiam o distrito, sobretudo aquando de calamidades, são o PMA, o Departamento de Prevenção e Combate às Calamidades Naturais o Programa de Emergência de Sementes e Utensílios, a Save the Children e a Organização Rural de Ajuda Mútua, cuja actuação inclui a distribuição gratuita em escolas e hospitais de alimentos e a distribuição de sementes e de instrumentos agrícolas, no quadro de "comida por trabalho".

10.4 Infra-estruturas de base



O distrito de Búzi conta com transporte marítimo, terrestre público e aéreo. A rede rodoviária do distrito está transitável na maior parte dos troços, após terem beneficiado de obras de reabilitação. Ao todo, foram reabilitados 330 km de estrada. Todos esses troços são vias de tipo rural, sendo que o principal eixo norte-sul do país contorna o distrito a ocidente.



Copyright © 2005-2006 Ministério da Administração Estatal e MÉTIER

Buzi



PÁGINA 31

A reabilitação de estradas secundárias e terciárias tem tido um impacto importante no desenvolvimento do distrito, permitindo o transporte da ajuda alimentar, o acesso a novas terras para agricultura e a participação comunitária na reconstrução das infra-estruturas destruídas.

O acesso para os distritos limítrofes é feito em estradas pavimentadas e em boas condições. Já os acessos dentro do distrito são feitos em estradas de terra batida mas que não apresentam grandes limitações de trânsito, excepto durante a época chuvosa.

A infra-estrutura de *telecomunicações* inclui uma rede de telefonia e comunicações via rádio. O distrito acede ainda, em vastas áreas, à rede de telefonia móvel dos dois operadores existentes. O acesso à Internet pode ser efectuado nas zonas servidas por rede fixa e móvel de telecomunicações, existindo também uma delegação dos Correios de Moçambique.

A distribuição de *fontes de água* pelas várias localidades do distrito é equilibrada e de uma forma geral o seu acesso é satisfatório para a maioria da população, estimando-se em 90% o seu grau de cobertura.

A totalidade dos poços e furos dispõe de bombas de água, sendo organizados estágios periódicos de manutenção de bombas de água e também disponibilizado acessórios e peças sobressalentes que, porém, não obstam aos problemas de operacionalidade existentes.

De acordo com os dados do Censo de 1997, só uma parte da vila de Buzi beneficia de energia eléctrica, e que corresponde a 1% da população total do distrito.

Apesar dos esforços realizados, importa reter que o estado geral de conservação e manutenção das infra-estruturas não é suficiente, sendo de realçar a rede de bombas de água a necessitar de manutenção, bem como a rede de estradas e pontes que, na época das chuvas, tem problemas de transitibilidade.

10.5 Agricultura e Desenvolvimento Rural

Este distrito possui potencialidades agrícolas, pecuárias e de florestas, sendo a agricultura e pecuária as principais actividades económicas das famílias.

10.5.1 Zonas agro-ecológicas

Os solos da zona litoral são predominantemente arenosos e de cobertura arenosa, em geral profundos a muito profundos, excessivamente bem drenados, com baixa capacidade de



retenção de nutrientes e água. Complementam estes agrupamentos de solos as deposições fluvio-marinhas e os aluviões recentes do rio Buzi e seus afluentes.

A zona interior é dominada por solos residuais de textura variável, profundos a muito profundos, localmente pouco profundos, castanhos-avermelhados, sendo ainda ligeiramente lixiviados, excessivamente drenados ou moderadamente bem drenados e, por vezes, localmente mal drenados. Ocorrem ainda, solos aluvionares e hidromórficos ao longo das linhas de drenagem natural associados aos dambos. A temperatura elevada agrava consideravelmente as condições de fraca precipitação nestas regiões provocando deficiências de água para o crescimento normal das plantas (culturas).

10.5.2 Infra-estruturas e equipamento

É na faixa do distrito atravessada pelo rio Búzi, que é possível fazer agricultura irrigada, com recurso a meios mecânicos de propulsão. Mais para o interior do distrito, existem algumas terras onde é possível utilizar pequenos sistemas de rega para produção agrícola, desde que haja algum investimento para a construção de sistemas de armazenamento de água.

Este distrito possui cerca de 400 hectares de regadios não operacionais por avarias de equipamentos e destituições causadas pelas cheias. Está em curso um plano para a sua reabilitação, mas a capacidade financeira dos proprietários e utentes é um entrave à sua célere implementação.

Existem pequenas infra-estruturas de rega com capacidade para fazer irrigação de superfície a cerca de 7 ha, dispersos por quatro unidades privadas.

10.5.3 Produção agrícola e sistemas de cultivo

De um modo geral, a agricultura é praticada manualmente em pequenas explorações familiares em regime de consociação de culturas com base em variedades locais.

O sistema de produção predominante nos solos de textura pesada e mal drenados é a monocultura de arroz pluvial (na época chuvosa) seguida por batata doce em regime de camalhões ou matutos (época fresca).

Nos solos moderadamente bem drenados predominam as consociações de milho, mapira, mexoeira, mandica e feijões nhemba e boere. Algodão e cana de açúcar são culturas de rendimento, produzidas em regime de monoculturas. Este sistema de produção é ainda complementado por criações de espécies como gado bovino, caprino, e aves.



A produção agrícola é feita predominantemente em condições de sequeiro, nem sempre bem sucedida, uma vez que o risco de perda das colheitas é alto, dada a baixa capacidade de armazenamento de humidade no solo durante o período de crescimento das culturas.

O potencial para agricultura irrigada está limitado aos solos aluvionares das margens do Búzi, em particular aqueles de textura média a pesada. Estes solos são profundos a muito profundos, ricos em matéria orgânica e apresentam ainda excelentes capacidades de retenção de água e nutrientes, contudo, podem localmente ser ligeiramente salinos e/ou sódicos.

Algumas famílias empregam métodos tradicionais de fertilização dos solos como o pousio das terras, a incorporação no solo de restos de plantas, estrume ou cinzas. Para além das questões climáticas, os principais constrangimentos à produção são as pragas, a seca, a falta ou insuficiência de sementes e pesticidas.

As cheias que assolaram o distrito em 2000/01 foram devastadoras, levando a perdas significativas na campanha agrícola e afectando grande parte da população do distrito. Somente em 2003, após o período de seca e estiagem que se seguiu e a reabilitação de algumas infra-estruturas, se reiniciou timidamente a exploração agrícola do distrito e a recuperação dos níveis de produção.

Em resumo, a irregularidade da precipitação e a vulnerabilidade às calamidades naturais condiciona o potencial de produção agrícola do distrito, sendo a região considerada pouco apta para o desenvolvimento de agricultura irrigada.

10.5.4 Pecuária

O fomento pecuário no distrito tem sido fraco. Porém, dada a tradição na criação de gado e algumas infra-estruturas existentes, verificou-se um crescimento do efectivo bovino de 4 mil cabeças em 2000, para cerca de 8 mil em 2004.

Este distrito já possuiu, em finais dos anos 80, cerca de 30 mil cabeças de bovinos. A maior parte do distrito é tida como região natural de exploração intensiva de gado Bovino, sendo as principais áreas de pasto a planície de Piri-Piri entre a estrada Tica-Búzi e o Rio Púngue, a região de Cheringoma e Ampara.

Os pastos são caracterizados por pastos doces, incluindo espécies graníeis como, setaria digitarian sp, ynodon dactylum, Themeda triandra, Panicum maximum, Hypharrhnia spp,



O sector familiar é detentor de 45% de gado bovino do distrito e de quase a totalidade dos caprinos, ovinos, suínos e aves. Existem, ainda, 18 empresas privadas que se dedicam a criação de gado bovino de corte.

O distrito possui algumas represas para o abastecimento de água aos animais, sendo a capacidade de carga de pastagem de 4-5 ha por cada bovino.

Existem no a Distrito 17 tanques carracidas sendo 13 privados (dos quais 7 inoperacionais) e 4 públicos.

Os maiores constrangimentos na criação de animais são a infestação da mosca Tsé-Tsé, a frequência de cheias, falta de drogas e degradação das infra-estruturas de sanidade animal (tanques carracidas, currais e pocilgas).

Os animais domésticos mais importantes para o consumo familiar são as galinhas, os patos e os cabritos, enquanto que, para a comercialização, são os bois, os cabritos, os porcos e as ovelhas.

10.5.5 Florestas, Fauna bravia e Pescas

A madeira é utilizada na construção de habitações, recorrendo a população local também a outros materiais alternativos, como os arbustos, colmo e capim, bem como a alguns materiais convencionais. A lenha e o carvão são os principais combustíveis domésticos. O distrito enfrenta o desflorestamento e erosão, havendo comunidades que têm a fonte de lenha mais próxima a alguns quilómetros de distância.

O distrito tem também frutos silvestres e várias variedades de árvores de fruto (mangueiras, laranjeiras e papaieiras, entre outras), sendo a falta de sementes, as pragas, a falta de hábitos e a seca, as principais limitações ao plantio de árvores de fruta. Alguns frutos silvestres (massala, canho e cajú) são processadas para a venda de bebidas tradicionais, cuja comercialização é feita basicamente nos mercados distritais.

A fauna bravia está pouco desenvolvida devido à guerra e ao abate indiscriminado, não existe inventário capaz de espelhar a realidade em termos de espécie e número, sendo vistos regularmente crocodilos, hipopótamos, macacos. De salientar que estas duas últimas espécies são devastadoras de culturas, constituindo em certos períodos ameaças sérias à agricultura. Ao longo do Rio Búzi, registam-se com frequência, ataques de crocodilos às populações o que indica a sua existência em número considerável.



Sendo um distrito costeiro, o peixe está, naturalmente, incluído nos hábitos alimentares das famílias, apesar de a actividade de pesca ser pouco desenvolvida.

10.6 Recursos minerais

No distrito de Búzi está em estudo a exploração de gás natural, no Bloco Buzi-Divinhe localizado na região

10.7 Indústria, Comércio e Serviços

O distrito tem fortes laços com a Beira, que constitui o maior mercado de comercialização da província. Pelo facto de Búzi não ser um distrito fronteiriço não existem trocas comerciais significativas com países vizinhos.

Existem 16 lojas (seis cantinas foram destruídas pelo ciclone Eline em 2003), 41 moagens, 10 carpintarias, 4 oficinas, 2 padarias, uma serração e uma estação de serviço, encontrando-se encerradas 91 lojas, 26 moagens, 6 carpintarias, 2 serrações e 2 padarias.

A pequena indústria local (pesca, carpintaria e artesanato) surge como alternativa à actividade agrícola, ou prolongamento da sua actividade. A actividade comercial é dominada pelo comércio informal.

O parque industrial do distrito inclui uma fábrica de descaroçamento de algodão, outra de cal e uma pequena indústria de fundição, havendo ainda uma refinaria de açúcar não operacional. O consórcio Agribúzi tem interesses na exploração de madeira, na pecuária, na produção de cal e no transporte fluvial. Está em estudo uma indústria de extracção de sal e a abertura de um pólo turístico em Nova Sofala.

Este distrito não tem potencial turístico significativo e as infra-estruturas necessárias ao desenvolvimento do sector são muito limitadas.

Opera no distrito uma filial do BIM e do Banco Austral que se dedica à captação de poupanças. Estas agências, apesar das taxas de juro elevadas, já têm concedido créditos, que beneficiaram pequenas indústrias locais e a actividade pesqueira.



Documentação consultada

- Administração do Distrito, *Balanço de Actividades Quinquenal para a 4ª Reunião Nacional, 2004.*
- Administração do Distrito, *Perfil Distrital em resposta à metodologia da MÉTIER, 2004.*
- Direcção de Agricultura da Província de Sofala, *Balanço Quinquenal do Sector Agrário da Província de Sofala, Maio 2004.*
- Direcção de Agricultura da Província de Sofala, *Plano de Desenvolvimento do Sector Agrário da Província de Sofala, 2002.*
- Direcção Provincial da Educação de Sofala, *Relatório de Actividades, 2004.*
- Direcção Provincial de Saúde de Sofala, *Relatório de Actividades, 2004.*
- District Development Mapping Project, *Perfil Distrital, 1995.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Anuário Estatístico da Província de Sofala, 2001.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Anuários Estatísticos, 2000 a 2003.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Censo agro-pecuário, 1999-2000.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Inquérito às Receitas e Despesas dos Agregados Familiares, 2003 e 1997.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Recenseamento da População de 1997.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Estatísticas Sociais e Demográficas, CD, 2004.*
- J. du Toit, *Provincial Characteristics of South Africa, 2002.*
- Lourenço Rodrigues, MSc, *Experiência de Planificação Distrital de Alto Molocué, 1986.*
- MÉTIER,Lda, *Folhas Informativas dos 33 Municípios, 2000 e 1997.*
- MÉTIER,Lda, *Moçambique: Crescimento e Reformas, 2003..*
- MÉTIER,Lda, *Perfil de Descentralização de Moçambique, 2004.*
- Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural – Hidráulica Agrícola, *Levantamento dos Regadios, Relatório Final, Junho 2002.*
- Ministério da Educação, *Estatísticas Escolares, 2000 a 2003.*
- Ministério da Saúde, Direcção de Planificação e Cooperação, *Perfil Estatístico Sanitário da*



Província de Sofala, 2004.

Ministério do Plano e Finanças e Ministério da Administração Estatal, *Orientações para a elaboração dos Planos Distrais de Desenvolvimento, 1998.*

Ministério do Plano e Finanças, *Balanço do Plano Económico e Social de 2003, 2004.*

Ministério do Plano e Finanças, Gabinete de Estudos, DNPO, *Relatório sobre Pobreza e Bem-estar em Moçambique: 2ª Avaliação Nacional (2002-03).*

Ministério do Plano e Finanças, *Plano de Acção Para a Redução da Pobreza Absoluta (2001-2005), Conselho de Ministros, 2001.*

UN System, *Mozambique Common Country Assessment, 2000.*

UN System, *Mozambique – Millennium Development Goals, 2002.*

UNDAF, *Mozambique - Development assistance Framework, 2002-2006.*

UNDP, *Governance and local development, 2004.*

UNDP, *Poverty and Gender, 2004.*

UNDP, *Relatórios Nacionais do Desenvolvimento Humano, 1998 a 2001.*

UNDP, *Rural Regions: Overcoming development Disparities, 2003.*

UNDP, *Sustained local development, Senegal, 2004.*

Unidade de Coordenação do Desenvolvimento Integrado de Nampula, *Brochura Distrital e Municipal, 2003.*

Ville de Gatineau, Canadá, *Profil Economique, 2004.*

World Bank, *Poverty Monitoring Toolkit, 2004.*

World Bank, *Social Analysis Sourcebook, 2003.*





Consultoria & Desenvolvimento, Lda



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL

Série “Perfis Distritais de Moçambique”

Edição 2005